



Relatório de Atividades

e

Contas

2023



25 de março de 2024

ENTREGUE NO CDSSS DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2023

DENOMINAÇÃO Santa Casa da Misericórdia de Chaves

MORADA Largo Caetano Ferreira

LOCALIDADE Chaves

FREGUESIA Santa Maria Maior

CONCELHO Chaves

CÓDIGO POSTAL 5400 - 136 CHAVES

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
CÓD

--	--	--	--	--	--	--	--

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL

PARECER:

EM _____

DESPACHO:

EM _____

A DIRECÇÃO

LOCAL: Chaves

DATA: 4 de março de 2024

ASSINATURAS:

Jose Pinto do Amaral
Aurelio Jose
Carlos Fernando Aires Lopes
Maria Helena de Jesus
António Carlos
António

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Chaves, 25 de março de 2024

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Beate A. A. Fe

**ÍNDICE****RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023**

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
INTRODUÇÃO.....	4
I. Diálogo Institucional.....	6
II. Recursos Humanos.....	7
III. EQUIPAMENTOS SOCIAIS	9
1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES.....	9
2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO	10
3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES.....	10
4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES	10
5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA	11
6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)	11
IV. APOIO À TERCEIRA IDADE	12
1. Apoio à Infância e Juventude	15
V. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS.....	16
VI. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE	16
1. Gestão do Património	16
2. Serviços Operativos.....	16
VII. Gestão Económica e Financeira	17
1. Perspetivas	20
2. Proposta de aplicação de resultados	21
3. Nota final	21
RELATÓRIO DE CONTAS 2023	
1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2023.....	22
2. BALANÇO	23
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	24
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	25
5. ANEXO	26
5.1 Identificação da Identidade.....	26
5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	26
5.2.1 Indicação do referencial contabilístico.....	26

[Handwritten signatures and initials]



5.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	27
5.3.1.	Principais políticas contabilísticas:	27
5.4	Ativos fixos tangíveis	34
5.5	Custos de empréstimos obtidos.....	36
5.6	Inventários.....	36
5.7	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	37
5.8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.	37
5.9	Instrumentos financeiros	38
5.10	Benefícios dos empregados.	41
5.11	Acontecimentos após a data de balanço.	41
5.12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	42
5.13	Outras divulgações.	42
5.13.1	Caixa e depósitos bancários.	42
5.13.2	Créditos a receber e outros ativos correntes.....	43
5.13.3	Estado e Outros Entes Públicos.....	43
5.13.4	Diferimentos.....	44
5.13.5	Fornecedores e outros passivos correntes.	44
5.13.6	Rédito.	45
5.13.7	Subsídios.....	46
5.13.8	Fornecimentos e serviços externos.....	46
5.13.9	Gastos com o pessoal.....	47
5.13.10.	Outros rendimentos.....	47
5.13.11.	Outros gastos.	48



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente Hélder Amadeu Batista Sá
- Secretário efetivo Joaquim Tomaz
- Secretário efetivo Luís Manuel Geraldês Teixeira de Araújo

Mesa Administrativa

- Provedor Jorge Alexandre Rodrigues Pinto de Almeida
- Vice- Provedor Anselmo José Martins
- Secretário Carlos Fernando Aires Latoeiro
- Tesoureiro Carlos Manuel da Costa Silva
- Vogal efetivo Marco Paulo de Carvalho Terrão
- Vogal efetivo Amílcar Augusto Costa Gonçalves
- Vogal efetivo António Joaquim Pinto Dias
- Vogal suplente Américo Nunes Peres
- Vogal suplente Maria José Pessoa
- Vogal suplente Sónia Cristina Adães Ferreira
- Vogal suplente Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz

Conselho Fiscal/Definitório

- Presidente Jorge Gualdino Lourenço Melo
- Vogal efetivo Vítor Manuel Salgado Dias
- Vogal efetivo Fernando José Ramos
- Suplente Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira
- Suplente Valdemar Pereira Correia
- Suplente Júlio José Nascimento



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2023



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2023

INTRODUÇÃO

O presente documento - Relatório de Atividades e Conta de Gerência do ano de 2023, pretende levar ao conhecimento da Assembleia Geral de Irmãos o trabalho desenvolvido ao longo do ano transato, colocando o mesmo à apreciação e votação dos Digníssimos Irmãos, num ano muito difícil, com uma inflação galopante que originou um aumento do custo de vida. Foi muito importante o envolvimento, esforço e dedicação dos trabalhadores/colaboradores, no desempenho das suas funções, com a preocupação de minimizar os custos através de boas práticas.

Durante o ano de 2023 foram promovidas ações cujo intuito foi difundir o espírito de solidariedade, nomeadamente com as pessoas em situação de dificuldades ou em exclusão social, retomando os convívios nos espaços físicos da Misericórdia para os utentes acolhidos.

Além dos constrangimentos de natureza económica e financeira com que esta Instituição se depara há vários anos, e com aqueles que surgiram durante o nosso mandato, a não abertura da nova ERPI, prevista para o ano transato, foi mais uma dificuldade acrescida, uma vez que o atraso na abertura do Lar e a consequente incapacidade de gerar receitas, comprometeram os resultados de 2023. É importante ressaltar que estamos comprometidos em resolver estas questões o mais rapidamente possível. Estamos a trabalhar diligentemente para obter as autorizações necessárias e finalizar o Acordo com a Segurança Social para abrir a nova ERPI.

As atualizações salariais, o aumento do salário mínimo nacional e a contratação necessária para a abertura do novo equipamento, representaram a maior parcela dos custos gerais da Instituição na rubrica de custos com o pessoal.



Com determinação, motivados e unidos, em prol dos interesses superiores da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, continuamos comprometidos em perseguir os objetivos que estabelecemos, mantendo sempre o foco na realização da missão desta venerável Instituição.

Chaves, 04 de março de 2024

A Mesa Administrativa

Luiz Roberto de Almeida
José José
Carlos Fernando Almeida
Marta de Jesus de Almeida
Sandra Paula Calhota
Sandra de Jesus de Almeida



I. Diálogo Institucional

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves procurou manter uma comunicação permanente e estratégica com as entidades parceiras, numa lógica de cooperação, nomeadamente com a Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Câmara Municipal de Chaves, Diocese de Vila Real, Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, Serviços de Saúde, Instituições Financeiras, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, Agrupamentos Escolares.

Entendemos que o diálogo permanente e profícuo com todos os parceiros é o caminho certo para manter o espírito de cooperação subjacente a instituições desta natureza.

Mantivemos o diálogo institucional com os Sindicatos dos trabalhadores desta Instituição numa lógica de convergência de esforços e objetivos.

Enquanto associada da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social (CNIS), a Santa Casa da Misericórdia de Chaves, recebeu o apoio destas Instituições no sentido de se manter permanentemente informada/atualizada em matéria de legislação emergente e boas práticas na prestação dos serviços aos utentes.

A Câmara Municipal de Chaves continua a ser um forte parceiro desta Instituição através de apoios pontuais, sempre que solicitados, e do protocolo assinado em 2019, por dez anos, relativo a uma comparticipação financeira no valor de setenta mil euros anuais para apoio ao investimento, o que contribuirá enormemente para a sustentabilidade da Instituição.

II. Recursos Humanos

Dada a relevância que têm os recursos humanos nesta Instituição e a dimensão deste setor, foram consideradas todas as possibilidades de redução de custos, garantindo, no entanto, o pagamento tempestivo dos salários aos trabalhadores com a adequação das tabelas salariais relativas a 2023, conforme o disposto no Contrato Coletivo de Trabalho. Foi disponibilizada formação com o intuito de acrescentar valor no desempenho dos colaboradores e contribuir para um incremento da qualidade dos serviços prestados.

Neste âmbito, recorreremos às seguintes medidas:

- **Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar** – no ano 2023 submetemos uma candidatura que se consubstancia num apoio financeiro às instituições em que a remuneração mensal média dos Educadores de Infância é superior a 1 154.70€ (mil cento e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos). A Santa Casa da Misericórdia de Chaves apresentou candidatura neste âmbito e irá receber um apoio de cerca de 13 860,60€ (treze mil oitocentos e sessenta euros e sessenta cêntimos).

- **Candidaturas à Medida Contrato Emprego Inserção e Inserção+ (CEI e CEI+)**, do IEF, para a realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, através dos quais recebemos seis trabalhadores em dois equipamentos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

- **Estágios Profissionais – Medida Ativar.pt**, do IEF, através dos quais foi possível alocar aos diversos equipamentos sociais seis colaboradores, nomeadamente nas áreas de Psicologia, Dietética e Saúde, que contribuíram para melhorar a qualidade dos serviços prestados, reforçando a atenção nos cuidados da saúde física e mental dos nossos utentes.

- **Estágios curriculares** - no âmbito do protocolo de cooperação que existe com entidades do Ensino Superior, acolhemos quatro estágios através dos quais foi possível





dar oportunidade de colocar o conhecimento adquirido ao serviço dos utentes da Instituição, acompanhados dos respetivos orientadores.

- **Formação Modular cofinanciada** - Foi possível, durante o ano de 2023, avançar com o Plano de Formação elaborado com base no levantamento das necessidades formativas dos colaboradores, cumprindo simultaneamente com a legislação em vigor no que a esta matéria diz respeito.

Asa ações de formação decorreram nas instalações da Santa Casa da Misericórdia com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Ações de formação desenvolvidas:

- Ética e Deontologia Profissional no trabalho com crianças e jovens (25horas), destinada aos colaboradores da área da infância e juventude, designadamente Creches, Pré-escolar e Lar de Infância e Juventude.

- Folha de cálculo- funcionalidades avançadas (25 horas) e Processador de texto – funcionalidades avançadas (25 horas) destinadas aos trabalhadores da Administração, Diretores Técnicos/Serviços, Secretarias, Gabinete de Contabilidade e Gabinete de Recursos Humanos.

-**Externalização de serviços**, com o intuito de caminhar para uma maior eficiência e eficácia dos serviços prestados, durante o ano de 2023, continuamos a apostar na externalização de alguns serviços que, pela sua natureza, revelam uma necessidade de gestão mais profissional de modo a garantir o cumprimento das disposições legais e a prestação de um serviço cada vez mais eficiente:

- Serviço de confeção de refeições
- Serviço de lavandaria
- Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho
- Renting de viaturas



III. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no centro histórico da cidade de Chaves, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 65 utentes em regime de internamento.

Centro de Dia, com capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social para 32.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 45 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

Com a desativação em finais de 2019 de uma ala do edifício onde funciona esta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), ficaram por preencher trinta e três vagas protocoladas, o que pressupôs ainda ao longo do ano de 2023 uma perda muito significativa das receitas referente à verba oriunda das comparticipações da Segurança Social, assim como das comparticipações familiares.

A aprovação da Candidatura do Projeto para a

A obra em curso desde janeiro 2020, resultante de uma candidatura ao Programa Norte 2020 – “Centro Social de Casas dos Montes – Alteração e Ampliação do Lar” projetada para acolher os 65 utentes protocolados para a ERPI Lar Nossa Senhora da Misericórdia assim como os 14 acolhidos no referido Lar Pe. Justino Magalhães, ficou terminada no final de 2023. Este empreendimento permitiu a requalificação do edifício do Lar Pe. Justino Magalhães e o acolhimento dos utentes em instalações com todas as condições estruturais e o conforto necessário.



2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na Vila de Vidago, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 dos utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social para 15.

Creche, com capacidade para 40 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 32, celebrado em novembro de 2022, com efeitos a setembro do mesmo ano.

Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais, com capacidade para 48 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.

3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilar de Nantes, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 20 e acordo com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada no lugar de Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 14 utentes em regime de internamento.

Esta estrutura funcionou provisoriamente nas instalações da Escola de Artes e Ofícios, as quais foram devidamente adaptadas para o efeito.



Pré-Escolar, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 33.

Creche, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 44.

5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, situada na freguesia de Vilarelho da Raia, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social para 14 utentes em regime de internamento.

Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10 utentes.

6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)

Estrutura residencial para acolhimento de crianças e jovens em perigo em regime de internato. Prolongado, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes e temporário, de curta duração, com capacidade e acordo para 20 utentes.

Em 2023, esta resposta social continuou a funcionar com uma ocupação média mensal inferior a 50% da capacidade de acolhimento existente.

A gestão das vagas é da responsabilidade da Segurança Social, sendo a monitorização deste procedimento alheia à Misericórdia.

A capacidade encontra-se subaproveitada e, apesar da publicação da Lei 142/2015 de 8 de setembro, no sentido da adequação das respostas sociais Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário a uma nova resposta designada por Casa de Acolhimento, só em dezembro de 2023 foi possível obter os critérios sob os quais funcionará esta nova resposta, através da publicação da Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro, a qual estabelece o regime de organização, funcionamento e instalação das Casas de Acolhimento para jovens.

O documento refere que os Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude e Apartamentos de Autonomização que se encontrem em funcionamento



devem adequar-se ao estabelecido na portaria, no prazo máximo de 36 meses, a contar da data da sua entrada em vigor. Refere ainda que, com vista à avaliação e adaptação dos equipamentos sociais existentes, o ISS, I. P., constituirá equipas distritais de acompanhamento para identificação das necessidades de adaptação e de investimento, para conversão de respostas sociais, bem como plano de formação que deve ser assegurado pelo ISS, I. P.

IV. APOIO À TERCEIRA IDADE

ERPI'S – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

As Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) são as respostas sociais com maior expressão nesta Instituição pois alojam cerca de duzentos idosos de forma permanente, em situação de maior ou menor independência/autonomia, beneficiando da intervenção de equipas técnicas multidisciplinares, com profissionais experientes que proporcionam um apoio biopsicossocial e cuidados de saúde.

As atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais previstas no plano de atividades, individualmente e em grupo, foram planeadas e executadas de forma a contribuir para um clima de relacionamento saudável entre os utentes e para a estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas; celebração de datas festivas, organização de passeios a locais de interesse de acordo com as preferências dos idosos e iniciativas que permitiram a aproximação dos familiares dos utentes à instituição, calendarizada conforme apresentado no quadro:



MÊS	ATIVIDADES
Janeiro	Reis, Dia Internacional Obrigado, Dia Internacional do Riso, Dia Internacional do Vinho do Porto, Dia Mundial do Puzzle, Dia do Contrário;
Fevereiro	Dia Mundial da Rádio, Carnaval, Dia dos namorados, Dia do Pensamento;
Março	Dia Mundial da Oração, Dia Mundial da vida selvagem; Dia do Pai; Primavera; Dia da saúde oral; Dia Mundial da árvore, Dia Mundial da poesia; Domingo Ramos; Dia Mundial do teatro; Páscoa;
Abril	Dia das mentiras; Dia mundial atividade física; Dia Mundial da Saúde; Dia Mundial da terra; Dia da Liberdade; Dia Mundial da dança;
Maio	Dia do trabalhador; Dia internacional do bombeiro; Dia da mãe; Dia da espiga; Aparições Fátima; Dia Internacional da família; Dia Mundial da reciclagem; Senhora da Saúde; Dia Internacional do Chá; Dia Nacional dos Jardins;
Junho	X Edição Jogos Populares; Dia de Portugal; Santos populares; Dia violência contra a pessoa idosa;
Julho	Dia Internacional da piada; Dia do Município de Chaves; Dia do amigo; Dia dos primos; Dia dos avós;
Agosto	Assunção de nossa senhora; Dia mundial da fotografia; Dia do artista;
Setembro	Passeio Anual; Dia Mundial Alzheimer; Dia Mundial da Gratidão; Dia Mundial do Coração;
Outubro	Dia do Idosos; Dia da Música; Dia da Água; Implantação da República; XI Edição envelhecer com vida; Dia Mundial da Alimentação; Ida às faturas; Dia das Bruxas;
Novembro	Pão por Deus; Dia Mundial do Cinema; São Martinho; Dia mundial dos diabetes
Dezembro	Restauração da independência; Dia da Imaculada Conceição; Natal;



Este plano, elaborado pelas equipas técnicas, pretendeu dinamizar atividades que se enquadrassem nas necessidades específicas dos utentes, tendo por base um conjunto de objetivos alinhados com os planos individuais dos utentes, apostando em iniciativas que promovam o envelhecimento ativo, tendo presente não só os seus gostos e necessidades, mas também os recursos humanos e materiais disponíveis.

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que garante a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a sua permanência no domicílio, de forma a retardar a institucionalização. Esta resposta é procurada devido a situações clínicas e ao aumento do grau dependência dos cidadãos. Trata-se de um serviço cuja frequência oscila em função das necessidades dos próprios utentes.

Ao longo de 2023 foi possível, através desta resposta social, dar resposta a situações emergentes, não enquadradas no acolhimento através de outras respostas sociais, garantindo serviços essenciais como alimentação, higiene pessoal, higiene habitacional e tratamento de roupa.

CD – Centro de Dia

O Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Chaves oferece aos seus utentes atividades socioculturais que procuram ir ao encontro dos seus gostos e necessidades, procurando a dinamização do dia a dia.

Para o efeito, foram pensadas e realizadas atividades com objetivos concretos e exequíveis perante as limitações do próprio edificado, garantindo um cuidado permanente de todos quantos procuraram esta resposta social.



Cantina Social

A Cantina Social constitui-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura aos utentes, refeições diárias (almoço e/ou jantar), destinadas ao consumo externo.

As pessoas que beneficiam de Cantina Social são maioritariamente beneficiários do rendimento social de inserção, pessoas com emprego precário ou pontual e, ainda, pessoas em situação de sem abrigo.

Apoio à Infância

As respostas de Creche e Jardim de Infância, sitas no lugar de Casas dos Montes, e a resposta Creche, sita em Vidago, desenvolveram as atividades previstas no Projeto Educativo, constantes no plano anual de atividades, privilegiando o habitual relacionamento com os pais/encarregados de educação e a comunidade em geral. Sempre que possível, foram realizadas atividades intergeracionais contando com a participação das crianças e idosos das respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

1. Apoio à Infância e Juventude

Foram desenvolvidas diversas atividades com as crianças e jovens residentes na Casa de Acolhimento com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania. Procurámos manter a ocupação de tempos livres e prática de desporto dentro do espaço físico onde residem os jovens, considerando que estas práticas despertam o bem-estar físico, emocional e social, assegurando ainda todo o acompanhamento que pressupõe a sua permanência na Casa de Acolhimento.

Em tempo de férias letivas, e sempre que possível, foram promovidas diversas atividades lúdicas no exterior.



V. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

Igreja da Misericórdia - Promove toda a atividade religiosa, incluindo a eucaristia diária (suspensa em época de pandemia), funcionando também como casa mortuária.

Dados o seu valor histórico, recebe ainda inúmeras visitas individuais e guiadas em grupo.

Capela do Senhor do Calvário - Funciona pontualmente como casa mortuária e tem como atividade religiosa principal a celebração da Via-Sacra.

Nicho do Senhor dos Passos - Nicho situado num pequeno Largo no encontro das ruas Padre Joaquim Fontoura com a rua do Aljube, mais conhecida como a antiga Rua do Anjo. A sua construção remonta ao século XVII.

VI. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE

1. Gestão do Património

Continuamos a proceder à intervenção necessária para uma correta identificação, registo e avaliação do património da Instituição. Este processo tem sido feito gradualmente, porque todos estes procedimentos acarretam custos significativos e carecem de tempo.

2. Serviços Operativos

Os serviços operativos da Santa Casa foram fazendo pequenas, mas imprescindíveis intervenções, sem as quais não teria sido possível manter em funcionamento as respostas sociais alocadas aos edifícios mais antigos cuja manutenção carece sempre de pequenas obras de beneficiação e reparação.

Das intervenções verificadas, no âmbito das especialidades necessárias: construção civil, pichelaria, carpintaria e eletricidade, apenas recorreremos a serviços externos em circunstâncias em que a especificidade da intervenção ou a sua dimensão o justificaram.

VII. Gestão Económica e Financeira

À semelhança dos últimos anos, 2023 ficou marcado pelos conflitos militares. Ora estes conflitos acabaram por ter um forte impacto na economia mundial que ainda se ressentia dos efeitos colaterais provocados pela COVID-19.

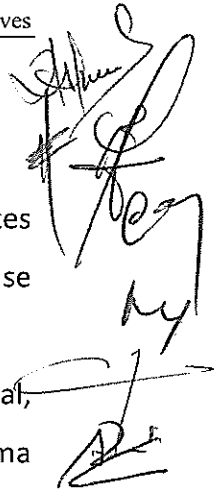
Relativamente à economia portuguesa, de acordo com os dados do Banco de Portugal, esta cresceu 2,1% em 2023 projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. Quanto à inflação, a mesma apresentou uma redução face a 2022, mas, ainda assim, situou-se nos 5,3% em 2023.

Deste modo, toda esta incerteza acaba por ter repercussões na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias-primas.

Desempenho económico-financeiro

Ao contrário de que acontece nas instituições que visam o lucro, em que é relativamente fácil obter ferramentas que permitam a avaliação do desempenho, nas instituições da “designada” economia social (uma vez que têm como finalidade a satisfação de necessidades da comunidade) pode não ser assim tão linear.

No entanto, parece-nos apropriado avaliar o desempenho económico-financeiro da instituição, tendo em conta o seu resultado (2022 → 2023).





Vejamos agora a estrutura da Demonstração de Resultados nos dois anos findos:

Euros

Contas de Resultados	2023	2022	Variação	Var. %
Vendas e prestação de serviços	4 552 874,76	1 769 613,28	2 783 261,48	157,28
Subsídios	368 509,96	2 728 527,46	-2 360 017,50	-86,49
Outros rendimentos	135 841,39	184 586,72	-48 745,33	-26,41
Total dos Rendimentos	5 057 226,11	4 682 727,46	374 498,65	8,00
CMVMC	78 603,15	83 061,30	-4 458,15	-5,37
FSE	1 158 630,59	1 097 744,76	60 885,83	5,55
Gastos c/ pessoal	3 756 265,48	3 247 736,99	508 528,49	15,66
Outros gastos	11 002,07	19 000,73	-7 998,66	-42,10
Gastos de financiamento	127 569,96	58 801,77	68 768,19	116,95
Depreciações	199 823,82	198 706,29	1 117,53	0,56
Total dos Gastos	5 331 895,07	4 705 051,84	626 843,23	13,32
Resultado líquido	-274 668,96	-22 324,38	-252 344,58	1 130,35

Vendas e prestação de serviços

O valor desta rubrica apresenta uma variação positiva de 157,28% (2 783 261,48€) face ao período anterior. Este aumento ocorre, devido a uma alteração – contabilística, imposta pela Segurança Social referida no ponto 5.2.3, de acordo com a Circular 93/2023 de 10 novembro de 2023, que os subsídios deixassem de ser classificados como subsídios e passassem a ser prestação de serviços.

Assim sendo o valor da rubrica: Vendas e prestação de serviços teve um aumento de 157,28% e os Subsídios ficou com uma variação negativa de 86,49%.

Outros Rendimentos e ganhos

O valor desta rubrica apresenta uma oscilação negativa de 26,41% (-48 745,33€) face ao exercício de 2022.



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O valor desta rubrica apresenta uma variação negativa de 5,37% (4 458,15€) face ao período anterior.

Fornecimentos e serviços externos

O valor desta rubrica apresenta um aumento de 5,55% (60 885,85€) face ao respetivo período homólogo. Esta oscilação decorreu, em grande parte, do aumento na rubrica de refeições (SINAL MAIS – Facility Services, S.A) e Energia e fluidos, (nomeadamente gastos com gás).

Gastos com pessoal

Esta rubrica representa uma parte importante (a que tem maior peso relativo) dos custos operacionais desta instituição.

Uma boa gestão de recursos é essencial para qualquer entidade, com ou sem fins lucrativos, no entanto tem uma importância acrescida para o sector da economia social dado que os recursos qualificados – apesar de extremamente importantes e necessários - são escassos e de difícil obtenção.

Em termos quantitativos, a estrutura é composta por um número médio de trabalhadores que no ano de 2023 foi de 251.

Em termos financeiros, esta rubrica apresentou um aumento de 15,66% (508 528,49€) face ao exercício de 2022. Esta oscilação é justificada - na sua grande parte – pela subida generalizada dos custos salariais, em consequência do respetivo aumento do SMN.

Outros gastos e perdas

O valor desta rubrica apresenta um decréscimo de 42,10% (7 998,66€) face ao período anterior. A referida diminuição deveu-se ao facto de não ter sido necessário realizar, contrariamente ao ocorrido no exercício de 2022, a qualquer correção relativa a um período anterior.

Depreciações

O valor desta rubrica apresenta um aumento de 0,56% (1 117,53€), o que representa – tendo em conta o plano de investimento a decorrer - uma oscilação de pouca relevância.



A depreciação (amortização) de um bem corresponde à imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil. A vida útil do ativo corresponde ao período durante o qual uma entidade espera que o mesmo esteja disponível para uso.

As depreciações são consideradas no cálculo do cash-flow de exploração, isto porque, não correspondem, a fluxos de pagamento ou a uma efetiva saída de dinheiro por parte da instituição, representando uma reserva de capitais oculta que deve ser considerada para futuros investimentos.

Gastos de financiamento

O valor desta rubrica apresenta uma variação positiva de 116,95% (68 768,19€) face ao exercício de 2022. Esta variação deve-se, na sua grande maioria, ao aumento verificado nas taxas Euribor que acabam por influenciar os juros dos empréstimos.

Resultado líquido do período.

Para o período económico findo em 31 de dezembro de 2023, a Santa Casa da Misericórdia de Chaves apresentou um resultado líquido negativo de 274 668,96€.

1. Perspetivas

Foi elaborado um plano de atuação, a desenvolver num horizonte de médio prazo, com vista a:

- ✓ Racionalizar a atividade corrente da entidade;
- ✓ Implementar um conjunto de investimentos de valor significativo, com a finalidade de proporcionar a efetivação daquela racionalização e ir ao encontro dos padrões de exigência da Segurança Social no contexto da qualidade do serviço que deve ser prestado.

Já está em curso a implementação daqueles investimentos e a melhoria da qualidade das instalações da Santa Casa, tudo investimentos indispensáveis ao prosseguimento da atividade dentro dos padrões que se exigem, para o que se contará com o apoio:



- De fundos públicos em condições de subsídio ao investimento não reembolsável, resultante de verbas inerentes a programas comunitários aplicáveis;
- Apoio bancário decorrente da predita consolidação do passivo;
- Apoio por parte do Município, à luz e no contexto de um Contrato Programa que foi celebrado a propósito em 2019.

Para além destas preocupações, de cariz estratégico, a Mesa Administrativa terá de adotar uma postura de muita cautela no domínio da gestão corrente, considerando o aumento significativo do valor do passivo total a que acima se aludiu, embora a maior parte dele seja de maturidade relativamente longa.

2. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido obtido no respetivo período, no valor de -274 668,96€, seja transferido para resultados transitados.

3. Nota final

Não queríamos deixar de expressar o nosso agradecimento – e reconhecimento - a todos os utentes, colaboradores, irmãos da Santa Casa e demais parceiros, pela cooperação e confiança que revelaram ao longo deste exercício.

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, continuarão dedicados em espírito de missão ao serviço desta nobre Instituição.

Uma instituição de qualidade não impede as crises – económicas e sociais que se geram no seu entorno, mas aumenta, certamente, a probabilidade de recuperar mais rapidamente e de continuar na trajetória que lhe permita atingir os objetivos a que se propõe.

Chaves, 4 de março de 2024



[Handwritten signature]

RELATÓRIO DE CONTAS

2023



1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2023

- Nas contas agora apresentadas consta uma análise pormenorizada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia e dos procedimentos contabilísticos e demais legislação aplicada:

- ✓ Balanço em 31 de dezembro de 2023
- ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas
- ✓ Demonstração de Fluxos de Caixa

- Anexo:

- ✓ Identificação da entidade
- ✓ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- ✓ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
- ✓ Ativos fixos tangíveis
- ✓ Custos de empréstimos obtidos
- ✓ Inventários
- ✓ Rendimentos e gastos
- ✓ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- ✓ Subsídios e outros apoios das entidades públicas
- ✓ Instrumentos financeiros
- ✓ Benefícios dos empregados
- ✓ Acontecimentos após a data de balanço
- ✓ Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- ✓ Outras divulgações

**2. BALANÇO****Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2023**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.4	9 575 313,22	9 416 370,70
Bens do património histórico e cultural	5.4	264 115,19	264 115,19
Investimentos financeiros	5.9.3	18 500,35	66 478,06
Outro créditos e ativos não correntes	5.9.4/5.13.2	4 500,00	4 500,00
Total do Ativo não corrente		9 862 428,76	9 751 463,95
Ativo corrente			
Inventários	5.6	6 842,35	7 660,20
Créditos a receber	5.13.2	99 690,44	82 692,10
Estado e outros entes públicos	5.13.3	26 209,99	123 536,22
Diferimentos	5.13.4	3 090,63	0,00
Outros ativos correntes	5.13.2	296 684,77	373 436,20
Caixa e depósitos bancários	5.13.1	221 665,23	668 051,83
Total do Activo corrente		654 183,41	1 255 376,55
Total do Ativo		10 516 612,17	11 006 840,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	5.9.1	40 538,18	40 538,18
Resultados transitados	5.9.1	-290 334,25	-676 710,18
Excedentes de revalorização	5.9.1/5.4	3 727 094,51	3 830 624,92
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5.9.1/5.8	2 913 626,43	3 031 064,92
		6 390 924,87	6 225 517,84
Resultado líquido do período		-274 668,96	-22 324,38
Total dos Fundos patrimoniais		6 116 255,91	6 203 193,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5.9.5	2 204 591,31	2 106 376,14
Outras dívidas a pagar	5.9.5	619 082,83	646 920,32
Total do Passivo não corrente		2 823 674,14	2 753 296,46
Passivo corrente			
Fornecedores	5.13.5	277 835,69	230 106,16
Estado e outros entes públicos	5.13.3	147 126,11	218 495,63
Financiamentos obtidos	5.9.5	246 166,95	346 724,48
Diferimentos	5.13.4	105 204,56	206 414,88
Outros passivos correntes	5.13.5	800 348,81	1 048 609,43
Total do Passivo corrente		1 576 682,12	2 050 350,58
Total do Passivo		4 400 356,26	4 803 647,04
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		10 516 612,17	11 006 840,50

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 4 de março de 2024

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa



3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Vendas e serviços prestados	5.13.6	4 552 874,76	1 769 613,28
Subsídios, doações e legados à exploração	5.13.7	368 509,96	2 728 527,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.6.2	-78 603,15	-83 061,30
Fornecimentos e serviços externos	5.13.8	-1 158 630,59	-1 097 744,76
Gastos com o pessoal	5.13.9	-3 756 265,48	-3 247 736,99
Outros rendimentos e ganhos	5.13.10	135 841,39	184 586,72
Outros gastos e perdas	5.13.11	-11 002,07	-19 000,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52 724,82	235 183,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.4	-199 823,82	-198 706,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-147 099,00	36 477,39
Juros e gastos similares suportados	5.5	-127 569,96	-58 801,77
Resultado antes de impostos		-274 668,96	-22 324,38
Resultado líquido do período		-274 668,96	-22 324,38

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 4 de março de 2024

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa



4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.23	31.Dez.22
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		4 445 961,79	1 700 388,06
Recebimentos de subsídios		191 329,66	2 825 967,52
Pagamentos a fornecedores		-1 405 544,73	-1 045 523,75
Pagamentos ao pessoal		-2 468 077,87	-2 215 598,39
Caixa gerada pelas operações		763 668,85	1 265 233,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-270,77	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-1 478 127,37	259 887,12
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		-714 729,29	1 525 120,56
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-384 655,40	-1 598 356,69
Investimentos financeiros		-2 153,40	-509,74
		-386 808,80	-1 598 866,43
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		52 416,00	67 525,00
Investimentos financeiros		1 831,52	0,00
Outros ativos		5 748,36	0,00
Subsídios ao investimento		319 965,38	0,00
Juros e rendimentos similares		1,24	0,00
		379 962,50	67 525,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		-6 846,30	-1 531 341,43
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		200 000,00	600 000,00
		200 000,00	600 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		202 342,36	-100 473,72
Juros e gastos similares		-127 153,37	-58 147,48
		75 188,99	-158 621,20
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		275 188,99	441 378,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-446 386,60	435 157,93
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		668 051,83	232 893,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.13.1	221 665,23	668 051,83

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 4 de março de 2024

Contabilista Certificado n.º 31187

A Mesa Administrativa
José Luís do Amaral

5. ANEXO

5.1 Identificação da Identidade.

5.1.1 Denominação da entidade.

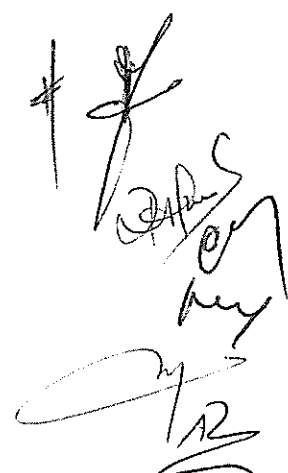
Santa Casa da Misericórdia de Chaves, pessoa coletiva número 501429930.

5.1.2 Lugar da sede social.

Largo Caetano Ferreira, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

5.1.3 Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social - que desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e de educação pré-escolar.



5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

5.2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL).

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

5.2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

5.2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

De acordo com a Circular 93/2023, de 10 de novembro de 2023, emitida pela União das Misericórdias Portuguesas baseada num parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), foi alterada a contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado.

Assim, de acordo com o referido parecer:

- a) *“Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;*
- b) *Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).”*

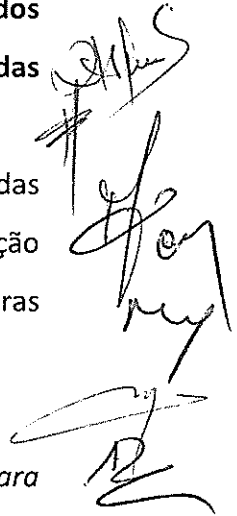
Neste sentido, com a referida alteração de política contabilística, os valores das participações financeiras auferidas pela entidade referentes aos acordos típicos passaram a constar na rubrica de “prestação de serviços” quando, até aqui, constariam na rubrica “subsídios à exploração”. Tal facto, coloca em causa a comparabilidade das quantias constantes nestas rubricas.

5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

5.3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da





continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparável.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

No ano de 2010 a Instituição procedeu a uma reavaliação livre de alguns dos seus imóveis. Dessa reavaliação resultou um incremento no património da Santa Casa de 5.176 mil euros.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Na data da transição para a NCRF-ESNL, 1 de janeiro de 2011, a mesa administrativa decidiu considerar o custo dos imóveis, o seu custo considerado a 31.12.2010.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ainda não foi possível proceder à realização do trabalho conducente à identificação, titularidade e valorização do património da entidade e sua reconciliação com os registos contabilísticos. Assim, não foi ainda possível proceder à completa e correta valorização do património imobiliário da Instituição.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	até 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 6



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.

Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua prestação de serviço.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição é o FIFO.

Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final de 2023 (e de 2022) a entidade não era titular deste tipo de instrumentos financeiros.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



No final de cada ano, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Nesta categoria incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Crédito a receber e outras dívidas a receber

Os saldos de clientes, utentes e outras dívidas a receber são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. São mensurados pelo seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo, ou seja, e em regra, pelo seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos na base do acréscimo.



Rédito

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Provisões

São constituídas Provisões sempre que exista risco razoável de ocorrerem exfluxos monetários a partir da entidade num futuro previsível e o quantitativo de tais fluxos possa ser mensurado com fiabilidade.



Impostos sobre Rendimentos

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC. Decorrente deste enquadramento, não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros, havendo apenas uma exceção sem qualquer relevância.

Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e em “Diferimentos”.

Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2023. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2023 já nelas foram incorporados.

Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de



ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e métodos de depreciação), eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros e provisões.

5.3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Tal como referido no ponto 5.2.3, de acordo com a Circular 93/2023, de 10 de novembro de 2023, emitida pela União das Misericórdias Portuguesas baseada num parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), foi alterada a política contabilística relativa às comparticipações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado.

Neste sentido, com a referida alteração de política contabilística, os valores das comparticipações financeiras auferidas pela entidade referentes aos acordos típicos passaram a constar na rubrica de “prestação de serviços” quando, até aqui, constariam na rubrica “subsídios à exploração”. Tal facto, coloca em causa a comparabilidade das quantias constantes nestas rubricas.

5.3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

5.3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

No ano ora relatado não se verificaram correções de erros de períodos anteriores com expressão material nas contas em apreço.



5.4 Ativos fixos tangíveis

5.4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Em 31 dezembro de 2023 e 2022 esta classe de Ativos apresenta os seguintes movimentos:

	31 de Dezembro de 2023					Saldo em 31-Dez-23
	Saldo em 01-Jan-23	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	503 737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	503 737,89
Edifícios e outras construções	9 007 108,39	0,00	0,00	0,00	0,00	9 007 108,39
Equipamento básico	1 146 676,27	115 391,84	0,00	0,00	0,00	1 262 068,11
Equipamento de transporte	324 099,82	40 036,75	0,00	0,00	0,00	364 136,57
Equipamento administrativo	175 178,33	510,00	0,00	0,00	0,00	175 688,33
Outros activos fixos tangíveis	145 716,81	0,00	1 050,63	0,00	0,00	144 666,18
Ativos fixos tangíveis em curso	2 101 339,41	1 671 995,55	1 470 336,30	0,00	0,00	2 302 998,66
	13 403 856,92	1 827 934,14	1 471 386,93	0,00	0,00	13 760 404,13
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2 296 259,31	188 904,36	0,00	0,00	0,00	2 485 163,67
Equipamento básico	1 080 860,33	8 367,49	1 168,50	0,00	0,00	1 088 059,32
Equipamento de transporte	335 925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335 925,00
Equipamento administrativo	167 219,62	0,00	0,00	0,00	0,00	167 219,62
Outros activos fixos tangíveis	107 221,96	1 501,34	0,00	0,00	0,00	108 723,30
	3 987 486,22	198 773,19	1 168,50	0,00	0,00	4 185 090,91
Activo tangível líquido	9 416 370,70					9 575 313,22

	31 de Dezembro de 2022					Saldo em 31-Dez-22
	Saldo em 01-Jan-22	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	503 737,89	0,00	0,00	0,00	0,00	503 737,89
Edifícios e outras construções	8 988 710,89	18 397,50	0,00	0,00	0,00	9 007 108,39
Equipamento básico	1 135 298,19	11 378,08	0,00	0,00	0,00	1 146 676,27
Equipamento de transporte	346 153,76	0,00	22 053,94	0,00	0,00	324 099,82
Equipamento administrativo	174 328,34	849,99	0,00	0,00	0,00	175 178,33
Outros activos fixos tangíveis	145 716,81	0,00	0,00	0,00	0,00	145 716,81
Ativos fixos tangíveis em curso	438 858,85	1 875 656,73	213 176,17	0,00	0,00	2 101 339,41
	11 732 804,73	1 906 282,30	235 230,11	0,00	0,00	13 403 856,92
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	2 107 421,85	188 837,46	0,00	0,00	0,00	2 296 259,31
Equipamento básico	1 072 492,84	8 367,49	0,00	0,00	0,00	1 080 860,33
Equipamento de transporte	357 978,94	0,00	22 053,94	0,00	0,00	335 925,00
Equipamento administrativo	167 219,62	0,00	0,00	0,00	0,00	167 219,62
Outros activos fixos tangíveis	105 720,62	1 501,34	0,00	0,00	0,00	107 221,96
	3 810 833,87	198 706,29	22 053,94	0,00	0,00	3 987 486,22
Activo tangível líquido	7 921 970,86					9 416 370,70

**a) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.**

Em 31 de dezembro de 2023 a instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e cultural no valor de 264 115,19€.

De acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, estes bens não são objeto de depreciação.

Tal como referido na nota 5.3.1 b) Ativos fixos tangíveis, esta tipologia de bens não se encontra identificada, podendo a correspondente valorização não estar correta, pelo que a contabilidade poderá não refletir convenientemente o valor deste agregado de bens.

5.4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

Imóveis	Forma de garantia	Passivo 31/12/2023	Passivo 31/12/20212	Beneficiário
Lar Vilarinho da Raia, prédio n.º 1024; Lar de Vidago, prédio n.º 1744; prédio urbano estrada de Verín - matriz n.º 350	Hipoteca	1 290 202,71	1 366 989,51	Crédito Agrícola
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa M.ª Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	280 000,00	350 000,00	Crédito Agrícola
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa M.ª Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	250 000,00	250 000,00	Centro Social e Paroquial de Chaves
		<u>1 820 202,71</u>	<u>1 966 989,51</u>	

5.4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização.

Ver 5.3.1 b)

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Foi aplicado o valor de mercado dos vários ativos revalorizados.

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103 530,41€.



5.5 Custos de empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito. Em 2023, o valor destes gastos ascendeu a 127 569,96€, quando em 2022 o seu valor tinha sido de 58 801,77€.

5.6 Inventários.

5.6.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

A instituição em 31 dezembro 2023 e 2022 apresenta as seguintes quantias escrituradas nas contas de inventários:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Matérias primas subsidiárias e de consumo	6 842,35	7 660,20
	<u>6 842,35</u>	<u>7 660,20</u>

5.6.2 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

O custo das mercadorias e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos 31 de dezembro 2023 e 2022 é detalhado conforme segue:

	<u>31-Dez-23</u>			<u>31-Dez-22</u>		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7 660,20	0,00	7 660,20	7 889,82	10 685,00	19 455,15
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 685,00	-10 685,00
Compras	77 785,30	0,00	77 785,30	82 831,68	0,00	82 831,68
Saldo Final	<u>6 842,35</u>	<u>0,00</u>	<u>6 842,35</u>	<u>7 660,20</u>	<u>0,00</u>	<u>7 660,20</u>
Custo das mercadorias	<u>78 603,15</u>	<u>0,00</u>	<u>78 603,15</u>	<u>83 061,30</u>	<u>0,00</u>	<u>83 061,30</u>



5.7 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existem ativos contingentes. Contudo, a propósito do Contrato Programa celebrado com o Município de Chaves, já devidamente retratado, a entidade deverá receber até ao final do ano de 2029 o valor de 385 000,00€, recebimento esse que sucederá em tranches anuais.

O direito a receber aquele montante global por parte da entidade não se encontra refletido na contabilidade da mesma, por se entender que tal recebimento está dependente do cumprimento de certos requisitos por parte desta à medida que os anos forem decorrendo, até 2029.

5.8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Estes subsídios, reconhecidos pela Instituição em Fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Piddac	822 055,95	854 356,35
Igreja Misericórdia	13 071,00	13 605,60
Comp. Pública Nacional	123 477,06	127 477,78
FEDER	216 727,91	223 895,87
NORTE-07-4842-FEDER	<u>1 738 294,51</u>	<u>1 481 729,32</u>
	<u><u>2 913 626,43</u></u>	<u><u>2 701 064,92</u></u>

No ano corrente foi imputado ao rendimento do período o montante de 44 003,68€.



5.9 Instrumentos financeiros

5.9.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Fundos

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no exercício de 2023.

Excedentes de Revalorização

Esta rubrica inclui reavaliações livres ao nível de Ativos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103 530,41€, tal como já mencionado em 5.4.3 c), e teve como contrapartida a rubrica de “Resultados Transitados”.

Resultados Transitados

Relativamente aos movimentos ocorridos nesta rubrica, salienta-se os seguintes factos:

- Realização do excedente de revalorização acima referido no valor de 103 530,41€;
- Afetação do resultado líquido negativo de € 22 324,38 do exercício de 2022;
- Foram efetuados diversos acertos de saldos relativos a períodos anteriores no montante devedor de 3 527,61€ e credor de 26 997,10€; e
- Desreconhecimento das perdas por imparidade relacionadas com a participação detida na APEPAT no montante credor de 281 700,41€ em resultado da cedência desta participação ao Município de Chaves.

Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica inclui os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis no montante de 2 913 626,43 euros (ver também nota 5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas). Em relação aos movimentos ocorridos no período, salienta-se o seguinte:



- Foi reconhecido em rendimentos do período o valor de 44 003,68€ em função das depreciações dos ativos associados aos projetos;
- Verificou-se um aumento de 256.565,19€ relativo a novos montantes transferidos pelo FEDER no âmbito do projeto “Centro Social de Casa dos Montes”; e
- Tal como referido anteriormente, a participação detida na APEPAT foi cedida ao Município de Chaves. Nesse sentido, foi desreconhecido desta rubrica o montante de 330 000,00€ originalmente registado aquando da atribuição de 330 000 unidades de participação na APEPAT;

Resultado líquido do período

O resultado líquido do período de 2022 foi negativo em 22 324,38€, enquanto o do período de 2023 é negativo em 274 668,96€.

5.9.2 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

A instituição tem dívidas com pagamento para além do período de cinco anos. Essas dívidas são:

- Financiamentos junto do Crédito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos e Montepio.
 - » Valor total da dívida em 31/12/2023 resultante dos financiamentos, 2 200 758,26 €;
 - » Valor a pagar para além do período de cinco anos: 991 573,92 €
- Dívida à Segurança Social resultante de uma Ação Inspeciva:
 - » Valor da dívida à Segurança Social em 31/12/2023 é de 689 656,03 €
 - » Valor a pagar para além do período de cinco anos: 435 200,72 €

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

As únicas dívidas da instituição nestas condições são as mencionadas em 5.4.2.

A natureza e a forma das garantias prestadas a respeito dessas dívidas com reporte a 31/12/2023 consubstanciam-se em hipotecas sobre:

- ✓ Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350: **496 648,08€;**



- ✓ Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024: **177 979,42€;**
- ✓ Lar de Vidago, prédio n.º 1744: **1 409 017,80€;**
- ✓ Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310:
311 584,75€.

5.9.3 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Outros Investimentos Financeiros

Fundos de Compensação do Trabalho	16 874,07
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1 626,28

5.9.4 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Outros créditos.

A instituição apenas tem reconhecidas dívidas de terceiros superiores a um ano no valor de 4 500 euros. Este montante representa a caução prestada pela instituição à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da atividade que desenvolve como mediador dos Jogos Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

5.9.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Dívidas a instituições de crédito.

As dívidas com duração residual superior a um ano são as que decorrem dos financiamentos bancários e podem ser desdobradas como se segue:



	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários – Crédito Agrícola	1 601 065,79	149 692,47	1 607 336,14	345 764,48
Empréstimos bancários – C.G.D	194 444,44	55 555,56	249 040,00	960,00
Empréstimos bancários – Montepio	159 081,08	40 918,92	0,00	0,00
Outros financiadores	250 000,00	0,00	250 000,00	0,00
I.G.F.S. Social	619 082,83	70 573,20	646 920,32	70 573,20
	<u>2 823 674,14</u>	<u>316 740,15</u>	<u>2 753 296,46</u>	<u>417 297,68</u>

5.10 Benefícios dos empregados.

- a) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras;

A instituição em 31 dezembro 2023, tinha os seguintes funcionários:

	31-Dez-23
Estágios profissionais	2
CEI+ (contrato emprego inserção +)	3
Independentes	5
Dependentes	251
Total	<u>261</u>

5.11 Acontecimentos após a data de balanço.

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.



Não existem acontecimentos após a data de encerramento das contas e a data de emissão do presente relatório meritórios de ressalva que possam colocar em causa a informação financeira aqui divulgada.

No entanto, a facto de nos últimos anos se atravessar um período de instabilidade, inicialmente provocado pela COVID-19, em seguida com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia e mais recentemente com o conflito entre Israel e o Hamas, torna as previsões para o futuro cada vez mais incertas. Esta incerteza acaba por ter repercussões na estrutura económico-financeira mundial, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas, designadamente quanto às alterações de preços nos mercados dos fatores energéticos e das matérias-primas, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos na sua atividade de exploração em 2024.

5.12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Existem, de facto, dívidas à Segurança Social de valor bastante avultado, cujo valor não foi totalmente pago de uma só vez, encontrando-se a ser pagas em prestações na base de planos de pagamento aprovados por este organismo.

5.13 Outras divulgações.

5.13.1 Caixa e depósitos bancários.

Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é feita de seguida:



	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	198 553,69	661 971,05
Caixa e seus equivalentes	5 111,54	4 080,78
Outros equivalentes de caixa	18 000,00	2 000,00
	<u>221 665,23</u>	<u>668 051,83</u>

5.13.2 Créditos a receber e outros ativos correntes.

Em 31 dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>		<u>31-Dez-22</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
IEFP	0,00	51 334,38	0,00	60 683,46
Devedores diversos	0,00	1 840,36	0,00	6 640,14
Caução Santa Casa M. Lisboa	4 500,00	0,00	4 500,00	0,00
Santa Casa M. Lisboa (lotarias Instantâneas)	0,00	7 534,00	0,00	10 345,00
Devedores Diversos - Segurança Social	0,00	7 719,00	0,00	6 432,50
Devedores por acrésc. Rend. - Seg. Social	0,00	15 068,27	0,00	12 746,15
Clientes e utentes	0,00	99 690,44	0,00	82 692,10
NORTE-07-4842-FEDER	0,00	213 188,76	0,00	276 588,95
	<u>4 500,00</u>	<u>396 375,21</u>	<u>4 500,00</u>	<u>456 128,30</u>

5.13.3 Estado e Outros Entes Públicos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentam a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	26 209,99	123 536,21
	<u>26 209,99</u>	<u>123 536,11</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	16 499,58	14 614,83
Segurança Social	130 044,53	82 829,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	120 516,11
Fundos compensação do trabalho	582,00	535,00
	<u>147 126,11</u>	<u>218 495,63</u>



5.13.4 Diferimentos

Em 31 dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	3 090,63	0,00
	<u>3 090,63</u>	<u>0,00</u>
	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Diferimentos (Passivo)		
IEFP	47 053,12	82 411,07
IGFSS (acordos cooperação)	58 151,44	124 003,81
	<u>105 204,56</u>	<u>206 414,88</u>

5.13.5 Fornecedores e outros passivos correntes.

Em 31 dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e de “Outros passivos correntes” apresentam a seguinte composição:

Fornecedores e outras dívidas a pagar

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Fornecedores c/c	277 835,69	230 106,16
	<u>277 835,69</u>	<u>230 106,16</u>



Outros passivos correntes

	31-Dez-23		31-Dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	0,00	835,95	0,00	305,06
Remunerações a liquidar	0,00	617 471,05	0,00	459 245,92
Fornecedores de investimento	0,00	7 914,00	0,00	360 130,21
Juros a liquidar	0,00	6 230,65	0,00	6 215,95
Reposições Segurança Social	0,00	96 576 ,98	0,00	105 541 ,97
Segurança Social- Juros Mora	0,00	0,00	0,00	3.095,94
Provisões	0,00	0,00	0,00	36.854,61
Sindicatos	0,00	678,85	0,00	524,64
Depósitos de utentes	0,00	10 582,21	0,00	10 582,21
Credores diversos	0,00	23 761,28	0,00	20 160,26
Serviços bancários	0,00	220,32	0,00	0,00
Eletricidade a liquidar	0,00	6 439,89	0,00	4 553,48
UTAD- Projeto SERE+	0,00	900,00	0,00	0,00
Gás a liquidar	0,00	28 085,56	0,00	34 692,11
Água a liquidar	0,00	652,27	0,00	639,91
Condomínios	0,00	0,00	0,00	466,92
Comunicação	0,00	0,00	0,00	1 015,18
Serviços bancários	0,00	220,32	0,00	220,32
Seguros a liquidar	0,00	0,00	0,00	1 065,97
Despesas diversas	0,00	0,00	0,00	3 298,77
	0,00	800 348,81	0,00	1 048 609,43

5.13.6 Rédito.

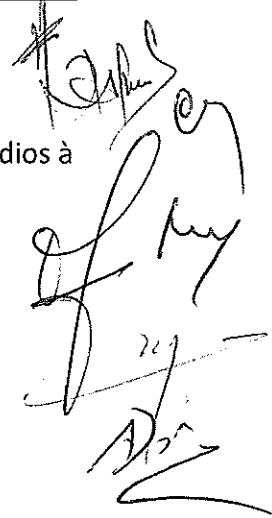
O rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	31-Dez-23			31-Dez-22		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Quotas	4 275,00	0,00	4 275,00	13 445,00	0,00	13 445,00
Mensalidades utentes	1 738 757,06	0,00	1 738 757,06	1 659 123,66	0,00	1 659 123,66
Prestação de serviços - A. Cooperação	2 702 800,09	0,00	2 702 800,09	0,00	0,00	0,00
Serviços Secundários	86 620,06	0,00	86 620,06	76 994,69	0,00	76 994,69
Vendas:						
Fraldas	20 372,53	0,00	20 372,53	23 299,39	0,00	23 299,39
Medicamentos	2,55	0,00	2,55	49,31	0,00	49,31
Outras	47,96	0,00	47,96	0,00	0,00	0,00
Descontos e abatimentos	0,00	0,00	0,00	-3 298,77	0,00	-3 298,77
	4 552 875,25	0,00	4 552 875,25	1 769 613,28	0,00	1 769 613,28

5.13.7 Subsídios.

Durante os exercícios de 2023 e 2022, a instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração.

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Centro Regional Segurança Social		
Infância e Juventude	131 106,00	1 017 452,65
Terceira Idade	0,00	1 415 900,75
IEFP	75 878,44	58 491,33
Outras Entidades Públicas	161 525,52	236 682,73
	<u>368 509,96</u>	<u>2 728 527,46</u>



As participações do Centro Regional de Segurança Social estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela instituição e são definidos de acordo com o número de utentes dos serviços comparticipados por esta entidade.

5.13.8 Fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Subcontratos	623 010,71	585 576,51
Serviços especializados	131 588,52	131 054,43
Materiais	32 344,90	27 854,37
Energia e fluídos	310 885,48	291 890,92
Deslocações, estadas e transportes	1 924,89	1 441,65
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	27 216,68	27 374,16
Comunicação	10 841,05	16 160,70
Seguros	12 278,12	11 289,11
Contencioso e notariado	81,75	871,58
Despesas de representação	0,00	37,50
Limpeza, higiene e conforto	6 966,61	1 694,76
Outros serviços	1 491,88	2 499,07
	<u>1 158 630,59</u>	<u>1 097 744,76</u>

**5.13.9 Gastos com o pessoal.**

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Remunerações do pessoal	3 063 070,00	2 656 888,69
Encargos sobre remunerações	643 399,10	555 312,02
Seguros	33 915,79	28 932,19
Outros gastos com pessoal	15 880,59	6 604,09
	<u>3 756 265,48</u>	<u>3 247 736,99</u>

5.13.10. Outros rendimentos.

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é conforme segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Rendas	5 748,36	3 223,62
Subsídios ao investimento	44 003,68	61 503,68
Donativos	24 602,53	30 836,11
Outros rendimentos e ganhos	61 485,58	89 023,31
Juros	1,24	0,00
	<u>135 841,39</u>	<u>184 586,72</u>

**5.13.11. Outros gastos.**

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 dezembro 2023 e 2022 é conforme segue:

	<u>31-Dez-23</u>	<u>31-Dez-22</u>
Impostos	2 057,97	2 253,31
Correções relativas per. anteriores	4 137,65	823,74
Quotizações	1 355,00	1 670,00
Outros gastos	3 451,45	14 253,68
	<u>11 002,07</u>	<u>19 000,73</u>

Chaves, 4 de março de 2024

Hélder Ferreira

Contabilista Certificado n.º 31187



Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Largo Caetano Ferreira - Apartado 70
5400-136 Chaves CAE: 934200 NIF: 501429930

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Ata do Conselho Fiscal

Folha 35

Aos cinco dias do mês de março do ano dois mil e vinte e quatro, pelas quinze horas, nas instalações da Escola de Artes e Ofícios da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, reuniu o Conselho Fiscal desta Instituição, estando presentes: Jorge Gualdino Lourenço Melo, Vítor Manuel Salgado Dias, Fernando José Ramos e Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, a fim de se pronunciar sobre o Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2023. -----

Esteve ainda presente o Contabilista Certificado, Hélder Ferreira. -----

Na sequência da análise efetuada aos documentos que nos foram apresentados, e, tendo em consideração não só os esclarecimentos que nos foram prestados pelo responsável dos Serviços de Contabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, Hélder Ferreira, nomeadamente as alterações contabilísticas referidas na circular 93/2023 (10/11/2023) da União das Misericórdias Portuguesas, em que destas resultam, impactos significativos nas rubricas de “Prestação de Serviços” e “Subsídios”.-----

Mais se esclareceu o impacto no presente exercício na rubrica “Gastos com o Pessoal”, este sim, originado pela atualização salarial obrigatória, acrescida dos encargos inerentes à nova situação.-----

Este exercício resulta de um ano difícil, pela conclusão das obras em curso – Lar Pe. Justino Magalhães bem como da responsabilidade administrativa da sua abertura, que indubitavelmente contribuíram de forma significativa para o resultado alcançado.-----

O Presidente do Conselho Fiscal, incentivou a Mesa Administrativa a dar continuidade ao excelente trabalho prestado, de modo a encontrar na nova conjuntura, formas de mitigar e superar os desequilíbrios nas contas.-----

Face ao exposto foi emitido o seguinte parecer:-----

Parecer

Somos de opinião que o Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional para o ano de 2024 sejam aprovados em Assembleia Geral de Irmãos, uma vez que se encontram de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.-----



Santa Casa da Misericórdia de Chaves
Largo Caetano Ferreira - Apartado 70
5400-136 Chaves CAE: 934200 NIF: 501429930

Folha 36

O Presidente

O Vogal Efetivo

O Vogal Efetivo

O Vogal Suplente

CG

 Conta de Gerência das Instituições Particulares de
Solidariedade Social

MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)

ANEXO OBRIGATORIO

 ANO 2023
 NISS 20004568230
 NIPC 501429930

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º	TAXA DE AMORTIZ.	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N	
					1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	5.º ANO		6.º ANO	7.º ANO	8.º ANO		9.º ANO
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
593	SUBSÍDIOS														
593101	PIDDAC														
	Escola Prof. Nuno Rodrigues-Lar crianças e jovens	1997	773 975,54	2%						15 479,51	433 826,11	15 479,51			418 346,60
	Lar Santa Isabel - Vilar de Nantes	1998	841 042,99	2%						16 820,86	420 530,34	16 820,86			403 709,48
593101	PIDDAC														
	Lar N.º Sr.ª da Misericórdia	1997	26 730,58	2%						534,61	13 605,65	534,61			13 071,04
593105	Participação Pública Nacional														
	C.S. Vilarinho da Raia	2007	48 267,81	2%						965,36	32 822,13	965,36			31 856,77
	CATI - Casas dos Montes	2002	38 902,51	2%						778,05	21 785,40	778,05			21 007,35
	Lar Padre Juntino Magalhães	2007	48 265,51	2%						965,31	32 822,43	965,31			31 857,12
	Creche Casas dos Montes	2004	64 596,61	2%						1 291,93	40 049,51	1 291,93			38 757,98
593106	FEDER														
	C.S. Vilarinho da Raia	2007	72 401,72	2%						1 448,03	49 233,19	1 448,03			47 785,16
	CATI - Casas dos Montes	2002	116 707,51	2%						2 334,15	65 355,21	2 334,15			63 021,06
	Lar Padre Juntino Magalhães	2007	72 398,36	2%						1 447,97	49 230,87	1 447,97			47 782,90
	Creche Casas dos Montes	2004	96 894,93	2%						1 937,90	60 074,85	1 937,90			58 136,95
593108	ARSN - IP Programa Modular														
	Edificações e Instalações Técnicas														
593111	FUNDO SOCORRO SOCIAL														
	I.G.F.S.Social	2016	67 000,00	20%											0,00
593112	Município de chaves	2016	25 000,00	20%											0,00
	TOTAL SUBS. DA SANTA CASA DE CHAVES		2 292 184,07							44 003,68	1 219 337,09	44 003,68			1 175 333,41
	TOTAL DO INVESTIM. -		A+B+C+D+E												

e+f+g=<h+i+j+l

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10.516.612 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.116.256 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 274.669 euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

Na sequência do pedido de confirmação feito ao advogado sobre a eventual existência de processos judiciais demandados contra a Santa Casa, a resposta obtida identifica um processo em curso, cujo valor da ação demandada ascende a € 87.322,66. De acordo com as informações obtidas junto do advogado, o processo será julgado em 22/05/2024 e resulta de alegadas participações indevidas pagas por parte da Segurança Social à Santa Casa. Contudo, o advogado não informa sobre o risco da causa e a consequente estimativa de a Santa Casa poder vir a ser condenada a pagar, o que, não havendo qualquer provisão constituída para esse risco contingente, se traduz numa subvalorização dos gastos e do passivo em montante incerto face ao facto de não existir o reconhecimento do passivo contingente.

A Santa Casa não dispõe de um cadastro dos ativos fixos tangíveis que permita efetuar uma verificação quantitativa e qualitativa dos bens que integram o património imobiliário e mobiliário da Instituição e se os bens sujeitos a registo se encontram todos identificados e registados na Conservatória do Registo Predial. Por tal facto, não nos foi possível concluir quanto à integralidade do valor das rubricas de “Ativos Fixos Tangíveis” e “Bens do património histórico e cultural” evidenciadas no ativo da entidade pelo valor global de € 7.536.429,75 bem como acerca da razoabilidade da rubrica de “Excedentes de Revalorização” evidenciada nos fundos patrimoniais da entidade pelo valor de € 3.727.094,51 e consequentemente quanto

à razoabilidade do montante de € 199.823,82 relativo ao saldo da rubrica “Depreciações do exercício” que consta da Demonstração de Resultados.

A rubrica de subsídios ao investimento apresenta um saldo de € 2.913.626,43, para o qual não nos foi possível obter evidência sobre a razoabilidade de saldos no valor de € 1.175.331,92, quer pela ausência de contratos de investimento, quer por não nos ter sido possível verificar os fluxos financeiros subjacentes. Admitimos, no entanto, que se trate de subsídios com particular antiguidade, cujos processos de suporte não estejam adequadamente instruídos e catalogados e cuja relevação contabilística nunca tenha sido feita em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, ou seja, a imputação sistemática a resultados de acordo com o plano de depreciações dos ativos subjacentes.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Pelo facto de não nos ter sido solicitado o Parecer sobre o Plano de atividades e Orçamento para 2023, conforme estabelecido na alínea b) do n.º 1 do art.º 14 do Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, não pudemos pronunciar-nos sobre eventuais condicionalismos que tivessem afetado a execução orçamental.

Tal como referido nos pontos “5.2.3” e “5.3.2” do Anexo às demonstrações financeiras Santa Casa, de acordo com a Circular 93/2023, de 10 de novembro de 2023, emitida pela União das Misericórdias Portuguesas, baseada na FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), foi alterada a política contabilística relativa às participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as IPSS’s e o Estado (Segurança Social). Neste sentido, com a referida alteração de política contabilística, os valores das participações financeiras auferidas pela entidade referentes aos acordos típicos passaram a constar na rubrica de “prestação de serviços” quando, até aqui, constavam na rubrica “subsídios à exploração”. Tal facto, coloca em causa a comparabilidade das quantias constantes nestas rubricas. No entanto, para que seja reconhecida e relevada uma prestação de serviços é necessária a emissão de uma fatura ou de uma fatura-recibo, sendo indispensável que a Segurança Social informe as IPSS como e em que

formato devem ser emitidas as faturas de suporte à referida prestação de serviços e, ao que pudemos apurar, até esta data, essa informação ainda não foi transmitida às IPSS.

O facto de estarmos a viver uma fase de grande instabilidade provocada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e de Israel com os movimentos da Palestina, tem-se traduzido na escassez de alguns bens essenciais e no aumento da inflação e das taxas de juro. Tal circunstância está a ter um impacto negativo na estrutura económico-financeira dos países, das famílias e das empresas, não sendo, no entanto, possível prever o impacto nas demonstrações financeiras da Santa Casa para o ano em curso.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Outras matérias

A entidade tem vindo a apresentar resultados negativos evidenciando um desequilíbrio estrutural entre gastos e rendimentos que provocou um desequilíbrio financeiro que se impõe corrigir com a maior urgência, quer pela via da racionalização/diminuição dos gastos (controlo orçamental), quer pela via do aumento dos rendimentos através de novos acordos. Sem prejuízo de não estar em causa a continuidade das operações deverá ser tida especial atenção sobre a necessidade de proceder aos ajustamentos que permitam reequilibrar a exploração.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Bragança, 22 de março de 2024



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho, José Lima & Associado, SROC, Lda.